

Sumário

AGRADECIMENTOS.....	9
PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	21
1. Mudanças climáticas e respostas jurídicas. Delimitação do tema	21
2. Premissas e problema de pesquisa	25
3. Referencial teórico.....	27
4. Estrutura do trabalho	28
 1. O PROBLEMA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	31
1.1. Mudanças climáticas como problema biofísico.....	31
1.1.1. O fenômeno da mudança do clima.....	31
1.1.2. A evolução do conhecimento sobre o tema	34
1.1.3. Os impactos das mudanças climáticas	37
1.2. Mudanças climáticas como problema científico-político	40
1.2.1. Mudanças climáticas: percepção, conhecimento e resposta social	40
1.2.2. A institucionalização do conhecimento sobre mudança do clima e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)	45
1.3. Mudanças climáticas como problema jurídico.....	49
1.3.1. Problema de ação coletiva e efeitos externos	50
1.3.2. Transição justa e desenvolvimento num cenário de baixo carbono	56
1.3.2.1. Transição justa. Conceito e implicações	56
1.3.2.2. Transição econômica e “pacotes verdes”	59
1.3.2.3. Para além da transição justa: um desenvolvimento verde?....	64

1.3.3. Violação de direitos humanos.....	67
1.3.3.1. Impactos climáticos e direitos humanos	67
1.3.3.2. Os relatórios especiais sobre direitos humanos e meio ambiente e sobre direitos humanos e mudanças climáticas	70
1.4. O desafio das respostas jurídicas aos problemas climáticos	77
 2. POLICENTRISMO E DISCIPLINA MULTINÍVEL DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	81
2.1. O regime internacional das mudanças climáticas.....	81
2.1.1. A Convenção-Quadro de 1992 e os traços essenciais do regime	81
2.1.2. O Protocolo de Quioto: obrigações substantivas de resultado e baixa efetividade.....	85
2.1.3. O Acordo de Paris e sua construção jurídica peculiar	88
2.2. Governança climática e disciplina jurídica	94
2.2.1. Governança e governança climática. Definições terminológicas	94
2.2.2. Governança climática, poder e disciplina jurídica.....	97
2.3. Policentrismo e caráter multinível das ações de combate às mudanças climáticas.....	99
2.3.1. Diversidade de esferas governamentais e caráter multinível.....	100
2.3.2. Policentrismo e transnacionalidade	104
2.4. Policentrismo e litigância climática.....	112
2.5. O papel do Estado nacional na arquitetura institucional de combate às mudanças climáticas.....	122
 3. FUNDAMENTOS DA DISCIPLINA LEGAL DA MUDANÇA CLIMÁTICA.....	127
3.1. Justiça e clima.....	127
3.1.1. Justiça ambiental.....	130
3.1.2. Justiça climática	137
3.1.3. Justiça climática e transição justa. Distribuindo metas e ônus	141
3.2. Direitos fundamentais e clima.....	149
3.2.1. Direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro	150
3.2.2. Mudanças climáticas e violação de direitos fundamentais	158

3.2.3.	Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.....	162
3.2.4.	Direito fundamental à segurança climática.....	168
3.3.	Mitigação climática e princípios do direito ambiental.....	172
3.3.1.	Prevenção e precaução.....	176
3.3.2.	Acesso equitativo aos recursos naturais e desenvolvimento sustentável	182
3.3.3.	Poluidor-pagador, usuário-pagador e protetor-recebedor	188
3.3.4.	Progressividade e proibição do retrocesso	195
3.3.5.	Informação e participação.....	197
3.4.	As razões justificativas da política de mitigação climática e suas implicações	204
4.	ELEMENTOS DAS POLÍTICAS CLIMÁTICAS DE MITIGAÇÃO	207
4.1.	Arquitetura institucional do combate às mudanças climáticas e o papel do Estado	207
4.2.	Os fins da política de mitigação: princípios, objetivos, diretrizes e metas	213
4.2.1.	Princípios da mitigação climática.....	214
4.2.2.	Diretrizes das políticas.....	216
4.2.3.	Objetivos da política	218
4.2.4.	Definição das metas	220
4.3.	Planejamento como metainstrumento de articulação da política de mitigação climática	224
4.4.	Os instrumentos de implementação.....	229
4.4.1.	Instrumentos de comando e controle.....	232
4.4.2.	Instrumentos econômicos.....	237
4.4.2.1.	Precificação do carbono por taxação	238
4.4.2.2.	Precificação do carbono por mecanismos de mercado.....	241
4.4.2.3.	Outros instrumentos econômicos	246
4.4.3.	Instrumentos financeiros.....	247
4.4.4.	Instrumentos de informação e participação	249
4.4.4.1.	Inventários de emissões	251
4.5.	O desenho institucional da política.....	253

4.6.	A arquitetura institucional das políticas de mitigação climática	256
5.	A POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA. CONTEXTO E POSSIBILIDADES.....	259
5.1.	O perfil das emissões brasileiras e a orientação da política	259
5.2.	A evolução da política climática nacional	265
5.2.1.	Da Convenção-Quadro ao Plano Nacional sobre Mudança do Clima	266
5.2.2.	A Política Nacional sobre Mudança do Clima.....	269
5.2.3.	As contribuições nacionalmente determinadas	272
5.2.3.1.	A primeira contribuição nacionalmente determinada e suas atualizações	273
5.2.3.2.	A segunda contribuição nacionalmente determinada.....	277
5.3.	Política de mitigação climática no Brasil. Desafios e possibilidades	280
5.3.1.	Princípios.....	282
5.3.2.	Diretrizes	284
5.3.3.	Objetivos.....	285
5.3.4.	As metas de redução e a contribuição nacionalmente determinada.....	287
5.3.5.	Planejamento da transição ecológica e planos setoriais	288
5.3.6.	Instrumentos.....	297
5.3.6.1.	Instrumentos de comando e controle.....	297
5.3.6.2.	Instrumentos econômicos	300
5.3.6.3.	Instrumentos econômicos de mercado. O SBCE.....	303
5.3.6.4.	Instrumentos financeiros	308
5.3.6.5.	Instrumentos de informação e participação.....	310
5.3.7.	Desenho institucional.....	312
5.4.	Uma arquitetura institucional para a política climática brasileira	316
CONCLUSÕES		319
REFERÊNCIAS.....		327
LISTA DE SIGLAS		365